

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.

2025

Exercícios findos em
31 de Dezembro de 2025

CNPJ: 17.315.067/0001-18
NIRE: 42300038695 | Data Nire: 18/12/2012



Relatório da Administração

Senhores representantes do Acionista Único, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SCPAR Porto de Imbituba S.A., sociedade anônima de propósito específico, integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias S.A., administradora do Porto Organizado de Imbituba em nome do Estado de Santa Catarina, submete à sua apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1. Conjuntura

O Porto de Imbituba está estruturado com 7 terminais arrendados para armazenagem e movimentação de diferentes cargas, além de contar com espaços disponíveis para novos investimentos em uma área portuária terrestre de 892,4 mil m² e aquática de 5,6 milhões de m². Além disso, o porto conta com uma capacidade estática de aproximadamente 457 mil toneladas de cargas, sendo 182 mil toneladas voltadas a granéis sólidos minerais, 246 mil toneladas para granéis agrícolas e 16 mil toneladas para granéis líquidos, bem como 32 mil toneladas para outros tipos de cargas. Já o pátio de contêineres mantém uma estrutura com suporte estático para armazenagem de até 7.231 TEUs. O Complexo Portuário vive atualmente um momento de desenvolvimento, estimando ultrapassar a marca de 10,2 milhões de toneladas movimentadas até 2028. Os resultados operacionais vêm acompanhados da perspectiva de injeção de investimentos públicos e privados, sendo estimado o montante de aproximadamente, 1 bilhão de reais a serem investidos no Porto de Imbituba até 2030, com destaque para as obras de recuperação e reforço estrutural do Cais 3, cuja obra já iniciada propõe a aplicação de recursos na ordem de 91 milhões de reais, a recuperação e reforço dos molhes de abrigo, com cerca de 100 milhões de reais a serem investidos, a alocação de infraestrutura operacional no costado do Cais 2 na ordem de 60 milhões de reais e a injeção de recursos privados por meio de arrendamentos portuários, com expectativa de investimentos em torno de 630 milhões de reais na alocação de investimentos para instalações de shiplader, esteiras, silos e armazéns junto às áreas arrendadas. No âmbito institucional, destaca-se que, em 15 de agosto de 2025, foi celebrado o Convênio de Delegação nº 01/2025, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração dos Portos Organizados de Imbituba e Laguna, pelo prazo de 25 anos, com vigência até 15 de agosto de 2050.

2. Desenvolvimento da Infraestrutura Portuária

A estrutura do Porto público de Imbituba vem passando por grandes transformações, o objetivo primordial da Administração do Porto é dar condições para ampliar sua eficiência operacional e manter seus patamares de crescimento ao longo dos próximos anos, de modo a manter-se como um local estratégico para operações portuárias. Nesse sentido, está em execução a maior obra já realizada com recursos da SCPAR Porto de Imbituba S.A., que é a recuperação e reforço estrutural do Cais 3, obra estimada em 95 milhões de reais e com expectativa de conclusão em 2027. Tal obra trará condições operacionais para recepção de navios com maiores dimensões, uma vez que ampliará sua linha de acostagem dos atuais 200 metros para 315 metros, bem como trará condições estruturais para realização de dragagem de aprofundamento. Já ao longo dos berços 1 e 2, a Autoridade Portuária avançou na instalação do novo dolfim de amarração no cais 2, que juntamente com a derrocagem do cais 1 que elevará a profundidade para 15 metros e ampliará a área de atracação dos atuais 660 metros para 715 metros, somam investimentos públicos na ordem de R\$ 15 milhões. Tais ações, irão permitir à Autoridade Portuária a alocação de até 3 (três) navios simultâneos com maior frequência, ampliando a capacidade operacional do Porto de Imbituba. Outro avanço estrutural relevante foi

a inauguração do novo datacenter do porto, com investimento de R\$ 8,5 milhões, o Porto de Imbituba expande sua capacidade de armazenamento e processamento de dados em tempo real.

No contexto geral, foi dada continuidade às obras de manutenção das vias de circulação, manutenção das estruturas de acostagem, dragagem contínua e a implantação de um sistema de energia fotovoltaica, alinhada com as práticas ambientais, dentre outras ações para manter a excelência da infraestrutura portuária disponibilizada aos usuários do Porto. Uma das ações de grande relevância para o Porto foi a conclusão do projeto de recuperação estrutural do molhe de abrigo, projeto incluído no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, que permitirá que o Porto receba o aporte de recursos públicos federais na ordem de 100 milhões de reais para a execução da respectiva obra que deverá ser iniciada em 2026.

3. Aspectos Ambientais

A Companhia vem executando um amplo trabalho de monitoramento ambiental, controle e conscientização, tendo aplicado cerca de 8,7 milhões de reais no decorrer de 2025 em ações voltadas ao meio ambiente. Atualmente, o Porto de Imbituba conta com 20 (vinte) programas ambientais, a partir de um profundo estudo que consolida o Plano de Controle Ambiental (PCA), adotando práticas como: monitoramento das águas superficiais, subterrâneas e oceânicas; controle das águas de lastro; monitoramento das condições hidrodinâmicas; monitoramento dos sedimentos; monitoramento da dragagem de manutenção; monitoramento dos ruídos subaquáticos e atmosféricos; monitoramento da qualidade do ar; inspeção veicular; gerenciamento de resíduos sólidos; monitoramento da biota aquática; monitoramento da pesca artesanal; prevenção da fauna sinantrópica; educação ambiental; comunicação social; e monitoramento das baleias-francas. Em 2025, durante a temporada de baleias-francas no litoral brasileiro, foi realizado o sobrevoo de monitoramento dessas espécies. A jornada de observação percorreu 240 km de costa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, registrando aproximadamente 185 baleias-francas, principalmente no Estado de Santa Catarina. O Índice de Desempenho Ambiental (IDA), preenchido em 2025 com base nas atividades realizadas em 2024, alcançou a pontuação de 98,71, evidenciando um elevado nível de conformidade e desempenho nas práticas adotadas. Esse ranking, coordenado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), avalia a performance ambiental dos portos brasileiros, demonstrando o compromisso e a responsabilidade ambiental do Porto de Imbituba, diretriz que norteia todas as suas atividades.

4. Aspectos Operacionais

No ano de 2025 o Porto de Imbituba registrou um desempenho abaixo das expectativas. Entre janeiro e dezembro, foram movimentadas 7,07 milhões de toneladas e realizadas 332 atracções, com destaque para outubro, o mês mais movimentado do ano, com 714,7 mil toneladas e 27 navios atendidos. As exportações somaram 2,53 milhões de toneladas, puxadas por coque calcinado, coque não calcinado e farelo de milho. Já as importações chegaram a 2,86 milhões de toneladas, aumento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2024, com destaque para as cargas de hulha betuminosa, sal e insumos industriais. A cabotagem também cresceu, totalizando 547,3 mil toneladas embarcadas e 136,8 mil desembarcadas, enquanto o transbordo registrou salto expressivo de 113,1% em comparação ao ano anterior. Os granéis sólidos permaneceram como principal segmento, representando 77,8% da movimentação, e a carga containerizada respondeu por 17,3%, ultrapassando 1,06 milhão de toneladas. No segmento de granéis agrícolas, observou-se retração de aproximadamente 44% em relação ao exercício anterior, reflexo da sazonalidade inerente ao mercado de

commodities. Em contrapartida, a movimentação de granéis minerais apresentou crescimento de 4% na comparação com 2024.

Carga (Ton)	2021	2022	2023	2024	2025	Varição
Granéis Agrícolas	1.290	1.220	2.862	2.880	1.625	(44%)
Granéis Minerais	3.516	3.673	3.293	3.304	3.423	4%
Fertilizantes	821	747	258	401	378	(6%)
Granéis Líquidos	21	26	45	40	38	(2%)
Carga Geral	401	568	311	287	290	1%
Contêiner	826	888	928	1.405	1.318	(6%)
TOTAL Toneladas	6.875	7.122	7.697	8.317	7.072	(15%)
Atracações realizadas	285	280	289	365	332	(9%)
Média por Navio (Ton x Mil)	24	25	26	23	21	(9%)

5. Relação Porto Cidade

Ao longo do ano, a Autoridade Portuária contribuiu com 28 projetos esportivos, educativos, sociais e culturais, por meio dos programas de incentivo fiscal PROCULT e PROESPORTE. Em parceria com a comunidade, realizou mais uma edição de sucesso do Arraiá do Porto, que contou com recorde de público. No âmbito do programa Porto de Portas Abertas, recebeu cerca de 75 grupos de visitantes, incluindo escolas de ensino fundamental e médio, universidades, grupos diversos e a comunidade em geral, proporcionando à sociedade a oportunidade de conhecer o Porto e vivenciar de perto suas atividades. Durante o ano de 2025, avançou-se também no desenvolvimento do PDZ (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento) da Autoridade Portuária.

6. Aspectos Econômico-Financeiros

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2025 com um lucro líquido de R\$ 26.746.119,88 (vinte e seis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, cento e dezenove reais e oitenta e oito centavos) e uma Receita Operacional Líquida descontada a Receita de Construção em R\$ 85.745.981,38 (Oitenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos). Em comparação ao exercício anterior, verificou-se redução de aproximadamente 1,4% na Receita Operacional Líquida, atribuída, substancialmente, à menor movimentação de cargas, em decorrência da sazonalidade inerente ao mercado de commodities, bem como de intervenções em obras de infraestrutura que impactaram, de forma temporária, a disponibilidade de berços de atracação. Constata-se ainda que os resultados financeiros tiveram participação relevante no lucro líquido apurado, uma vez que totalizaram a quantia R\$ 29.981.476,87 (Vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos). Já a performance EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) apresentou índice de 5% da Receita Líquida da empresa, redução decorrente do menor volume de cargas movimentadas e aumento nos custos. Em decorrência de medida liminar nos autos do processo n. 1025458-21.2020.4.01.3400, não foram recebidos no decorrer de 2025 cerca de R\$ 46 milhões de reais relativos à cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TECON, entretanto, em que pese a não realização destas quantias, a Administração da Companhia está empenhando esforços para uma solução efetiva ao assunto o mais breve possível, bem como adotando demais ações que preservem financeiramente a

Administração Portuária. A tabela a seguir exibe a composição efetiva do EBITDA da Companhia ao longo do tempo, demonstrando sua evolução durante o período de 2021 a 2025.

	2021	2022	2023	2024	2025
Lucro do Período	12.882	103.071	37.817	32.186	26.746
IRPJ e CSLL	7.662	2.361	3.525	3.047	2.309
Resultado Financeiro	(3.564)	(30.997)	(22.722)	(21.367)	(29.981)
Outros Resultados	(62)	(53.752)	2.955	11.057	2.634
EBIT	16.918	20.683	20.421	24.923	1.708
Amortização	1.632	1.783	2.067	2.577	2.936
EBITDA	18.550	22.466	22.488	27.500	4.644
% Relação a Receita Líquida	30 %	32 %	25 %	32 %	5 %

7. Gestão e Governança

Em relação à gestão e governança, o ano de 2025 foi marcado pela assinatura do novo Convênio de Delegação entre União, Estado e SCPAR Porto de Imbituba, oficializando a unificação das administrações e da exploração dos portos de Imbituba e Laguna pelos próximos 25 anos. A Autoridade Portuária também conquistou o Certificado de Responsabilidade Social 2025, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), além do 1º Prêmio Cidesport – Melhor Desempenho ESG (Ambiental, Social e Governança) e do Prêmio Valorização de Práticas de Gestão de Pessoas nos Portos – 1º lugar com o case “Plano de Capacitação – Desenvolvimento Contínuo dos Colaboradores do Porto de Imbituba. Além disso, a Companhia mantém um planejamento estratégico integrado como modelo de gestão norteador das ações para os próximos cinco anos, demonstrando o esforço da administração em prestar um serviço de qualidade, com seriedade e transparência para a sociedade catarinense. Visando a melhoria contínua dos processos e a prestação de serviços mais eficientes para clientes, parceiros e sociedade, em 2025 a Autoridade Portuária conduziu a implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) conforme as normas ABNT NBR ISO 9001:2015 (qualidade), 14001:2015 (meio ambiente) e 45001:2018 (segurança do trabalho), com expectativa de obtenção das certificações ainda em 2026. No mesmo ano, também foi aprovado o novo Código de Conduta da SCPAR Porto de Imbituba.

8. Perspectivas

Em 2026, as perspectivas para o Porto de Imbituba refletem um momento decisivo de consolidação e expansão dentro do cenário logístico nacional. Com mais de 140 anos de história, o complexo portuário chega a esse período sustentado por um modelo de gestão moderno, o landlord port, que combina a administração pública com a eficiência da operação privada, criando um ambiente favorável à inovação, competitividade e atração contínua de investimentos.

O ano de 2026 marca um ponto de inflexão importante no ciclo de modernização em andamento. A conclusão de obras estratégicas, como a dragagem e o aprofundamento do Cais 1, a instalação do novo dolfin no Cais 2 e o avanço das estruturas do Cais 3, deverá ampliar significativamente a capacidade operacional do porto. Essas melhorias reforçam vantagens já consolidadas, como o acesso direto ao mar aberto, as águas profundas e a agilidade nas operações, fatores essenciais para atender à crescente demanda logística das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Outro aspecto relevante para 2026 é a consolidação da atuação regional da autoridade portuária, com a gestão integrada do Porto de Laguna, iniciada em 2025. Essa expansão fortalece a posição estratégica do sistema portuário no litoral sul catarinense, ampliando as possibilidades de diversificação de cargas e estimulando o desenvolvimento de novas cadeias produtivas, especialmente ligadas à economia do mar. Com investimentos públicos superiores a R\$ 300 milhões em infraestrutura já em execução e a perspectiva de alcançar cerca de R\$ 1 bilhão até 2030, o Porto de Imbituba se posiciona de forma sólida para um crescimento sustentável. Em 2026, esse movimento deve se traduzir em maior eficiência operacional, aumento da atratividade para novos negócios e preparação para os futuros leilões de arrendamento previstos para os anos seguintes.

Além dos avanços estruturais, o porto também projeta um fortalecimento de sua relação com a comunidade local, ampliando o diálogo e promovendo uma integração mais efetiva com a cidade. Esse alinhamento entre desenvolvimento econômico e responsabilidade social tende a ser um diferencial importante no contexto atual.

Assim, 2026 se apresenta como um ano-chave, no qual os investimentos em infraestrutura, a ampliação da atuação regional e a modernização da gestão convergem para consolidar o Porto de Imbituba como um dos principais vetores logísticos do Sul do Brasil, preparando o caminho para metas mais ambiciosas, como a movimentação de 15 milhões de toneladas em 2035.

Christiano Lopes de Oliveira

Diretor-Presidente

Balanco Patrimonial (Em Milhares de Reais)

<u>ATIVOS</u>	Nota Explicativa	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	220.353	220.629
Contas a Receber	5	2.912	1.964
Despesas Antecipadas	6	558	685
Estoques	7	1.802	1.774
Outros Créditos		11	3
Total dos Ativos Circulantes		225.636	225.055
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		11.757	26.158
Depósitos Judiciais	8	412	702
Tributos a Recuperar	9	11.345	25.456
Ativo Intangível	10	94.791	57.365
Total dos Ativos Não Circulantes		106.548	83.523
TOTAL DOS ATIVOS		332.184	308.578
PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores	11	1.005	1.388
Obrigações Tributárias	12	1.685	2.123
Obrigações Trabalhistas	13	5.024	4.391
Dividendos Propostos	14	54.562	48.209
Outras Obrigações	15	553	654
Total do Passivo Circulante		62.829	56.765
Não Circulante			
Provisão para Contingências	16	655	3.507
Total do Passivo Não Circulante		655	3.507
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	124.153	97.429
Reservas de Lucros		144.547	150.877
Reserva Legal	18	4.847	3.510
Retenção de Lucros	19	120.643	124.434
Lucro a disposição da AGO		19.057	22.933
Total do Patrimônio Líquido		268.700	248.306
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		332.184	308.578

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício (Em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Ano 2025	Ano 2024
Receita Operacional Líquida	20	126.107	104.271
Receita Líquida de Serviços	20	85.746	86.939
Receita de Construção	20	40.361	17.332
Custo dos Serviços Prestados		(98.327)	(58.129)
Custo dos Serviços Portuários	21	(40.662)	(26.274)
Custo com Mão de Obra Direta	22	(14.368)	(11.946)
Amortizações	23	(2.936)	(2.577)
Custo de Construção	24	(40.361)	(17.332)
Lucro Bruto		27.780	46.142
Despesas		(28.706)	(32.276)
Despesas com Pessoal	25	(18.521)	(15.680)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(7.550)	(5.539)
Outras Despesas	27	(2.851)	(11.800)
Outras Receitas		216	743
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		(926)	13.866
Resultado Financeiro		29.981	21.367
Receitas Financeiras	28	30.007	21.397
Despesas Financeiras		(26)	(30)
Resultado Antes dos Tributos		29.055	35.233
Tributos Sobre o Lucro	29	(2.310)	(3.047)
Contribuição Social		(2.310)	(3.047)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		26.747	32.186
Lucro por Ação (Em Reais)		R\$ 0,22	R\$ 0,33

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Totais
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Disposição da AGO			
Saldo em 31.12.2023	97.429	1.901	97.489	26.945	-	-	223.764
Destinação para Reservas	-	-	26.945	(26.945)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	32.186	-	32.186
Constituição de Reserva Legal	-	1.609	-	-	(1.609)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(7.644)	-	(7.644)
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	22.933	(22.933)	-	-
Saldo em 31.12.2024	97.429	3.510	124.434	22.933	-	-	248.306
Destinação para Reservas	-	-	22.933	(22.933)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	26.747	-	26.747
Constituição de Reserva Legal	-	1.337	-	-	(1.337)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(6.353)	-	(6.353)
Aumento de Capital Social	26.724	-	(26.724)	-	-	-	-
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	19.057	(19.057)	-	-
Saldo em 31.12.2025	124.153	4.847	120.643	19.057	-	-	268.700

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

(Em Milhares de Reais)

	Ano 2025	Ano 2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	29.055	35.233
Ajustes de amortizações e ativo intangível	2.936	2.626
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(948)	2.831
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	119	46
(Aumento)/Redução em Estoques	(28)	(229)
(Aumento)/Redução em Depósitos Judiciais	290	188
(Aumento)/Redução em Realizável a LP	14.111	13.180
Aumento/(Redução) em Fornecedores	(383)	391
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	(438)	85
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	633	(54)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(101)	520
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	(2.852)	(255)
Provisão de Contribuição Social	(2.309)	(3.047)
Fluxo de Caixa Gerado	40.085	51.515
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(40.361)	(17.332)
Alienações do Ativo Intangível	53	90
Ajustes de Amortização	(53)	(56)
Fluxo de Caixa Aplicado	(40.361)	(17.298)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	220.629	186.412
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	(276)	34.217
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	220.353	220.629

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado (Em Milhares de Reais)

	Ano 2025	Ano 2024
Receita Gerada	140.356	118.719
Receita de Serviços Prestados	99.995	101.387
Receita de Construção	40.361	17.332
Custo com Insumos Adquiridos de Terceiros	(95.211)	(62.800)
Serviços de Terceiros	(27.704)	(21.008)
Energia Elétrica Consumida	(1.491)	(1.438)
Outros Insumos	(25.655)	(23.022)
Custo de Construção	(40.361)	(17.332)
Valor Adicionado Bruto	45.145	55.919
Depreciação e Amortização	(2.936)	(2.577)
Valor Adicionado Líquido	42.209	53.342
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	31.471	22.443
Valor Adicionado a Distribuir	73.680	75.785
Pessoal e Encargos	32.890	27.627
Remuneração Direta	25.626	21.488
Fundo de Garantia	1.467	1.241
Benefícios	5.797	4.898
Impostos, Taxas e Contribuições	14.018	15.942
Federais	9.018	10.873
Municipais	5.000	5.069
Remuneração de Capitais de Terceiros	26	30
Despesas Financeiras	26	30
Remuneração do Capital Próprio	26.747	32.186
Lucros Retidos para os Acionistas	6.353	8.046
Lucros Retidos em Reservas	20.394	24.140

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao Estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037. No dia 15 de agosto de 2025 ocorreu a celebração do Convênio de Delegação nº 01/2025 no qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba e Laguna pelo prazo de 25 anos, até 15 de agosto de 2050. A Companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 07 de abril de 2026.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta Companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal nº 6.404 de 1976 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações), juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos. Em 15 de agosto de 2025, foi celebrado o Convênio de Delegação nº 01/2025, cujo prazo de exploração estende-se até 15 de agosto de

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

2050. Em razão da prorrogação, as taxas de amortização foram devidamente ajustadas aos novos prazos estabelecidos. Os bens construídos e adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do *ICPC 01 – Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A Companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais receitas originadas de contratos de arrendamento e tarifas de natureza pública. As tarifas públicas são aquelas previstas na Tabela de Tarifas do Porto de Imbituba, aprovadas pelo Acórdão n. 435/2022 ANTAQ, sendo assim compreendidas: Tabela I (Infraestrutura de Acesso Aquaviário), remunerado pelo porte dos navios atracados no Porto, aferido pela tonelagem porte bruto da embarcação; Tabela II (Instalações de Acostagem), remunerado pela dimensão da embarcação e tempo de permanência atracado; Tabela III (Infraestrutura Operacional ou Terrestre), remunerado pela quantidade em toneladas de carga movimentada; Tabela V (Utilização de Infraestrutura de Armazenagem), remunerado pelo tempo de estadia de cargas nos armazéns públicos; Tabela VII (Diversos Padronizados), o qual compreende a utilização de serviços e insumos fornecidos pela Autoridade Portuária; Tabela VIII (Uso Temporário e Arrendamento Simplificado), e Tabela IX (Complementares). Já as receitas decorrentes de contratos de arrendamento compreendem: **Outorga Fixa:** receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado de área disponibilizada; **f) Receita Operacional de Arrendamentos:** receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres movimentados; **g) Arrendamento Contratual Mínimo:** receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”.

3.4 Receita de construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A Companhia não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a Companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

3.5 Tributos

A provisão para contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis. A provisão para contribuição é aplicada a alíquota de 9% (nove por cento). Quanto ao Imposto de Renda - IRPJ, não há valores devidos pela companhia em face da decisão judicial em 19 de outubro de 2022 na ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 em que reconheceu a Imunidade Tributária Recíproca da companhia, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.8 Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor adicionado (DVA) individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.9 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são os saldos a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da Companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representadas pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerados em média de 75% a 100% da variação da CDI.

	31/12/2025	31/12/2024
Bens Numerários disponível em Caixa	3	1
Depósitos Bancários	283	-
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	220.067	220.628
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	220.353	220.629

5. Contas a receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos às receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observadas ainda as particularidades previstas em contrato. A Companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.9.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer em até 30 dias	2.912	1.964
Saldo a receber Take or Pay TECON [a]	248.682	202.859
(-) Suspensão Judicial TECON [a]	(248.682)	(202.859)
Total	2.912	1.964

a) A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01-3400 junto a 1ª Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula *take or pay* junto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual contrapartida registrada em conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Na nota explicativa 31.3 é apresentando com maior ênfase o detalhamento desta lide.

6. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas representam valores decorrentes de seguros a apropriar e compensação ambiental a apropriar.

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a Apropriar	224	161
Compensação Ambiental a Realizar	334	524
Total	558	685

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

	31/12/2025	31/12/2024
Material de Expediente	47	54
Material de Limpeza	58	65
Material de Manutenção Civil	425	441
Material de Manutenção Elétrica	689	858
Material de Manutenção Tecnológica	313	238
Material de Saúde e ST	270	118
Total	1.802	1.774

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária, conforme assim detalhado:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais Regulatórios	131	130
Depósitos Judiciais Trabalhistas	161	492
Depósitos Judiciais Tributários	120	80
Total	412	702

9. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar representam os valores decorrentes de imposto de renda pago indevidamente pela Companhia e devidamente habilitados junto à Receita Federal do Brasil, em virtude do trânsito em julgado da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 19 de outubro de 2022, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, de modo que valores estão sendo compensados por tributos de natureza federal, nos termos da legislação vigente.

	31/12/2025	31/12/2024
Montante principal IRPJ a Recuperar 12/2012 a 03/2018	6.048	14.626
Atualização SELIC sobre IRPJ a Recuperar	5.297	10.830
Total	11.345	25.456

10. Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso da infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. O demonstrativo do ativo intangível líquido, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é assim representado:

Ativo Intangível Líquido				
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.271	(1.278)	1.993	5 %
Infraestrutura de Acostagem	8.305	(2.728)	5.577	5 %
Infraestrutura Terrestre	11.319	(4.469)	6.850	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.574	(1.118)	1.456	5 %
Equipamentos Portuários	5.712	(1.321)	4.391	5 %
Administração	23.917	(4.981)	18.936	5 %
Obras em Andamento	55.548	-	55.548	-
Outros Ativos Intangíveis	88	(48)	40	15 %
Total	110.734	(15.943)	94.791	5 %

O quadro a seguir demonstra as adições ao ativo intangível no curso do ano corrente:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	Ativo Intangível			
	Saldo 2024	Adições	Alienações	Saldo 2025
Infraestrutura Marítima	3.271	-	-	3.271
Infraestrutura de Acostagem	7.059	1.246	-	8.305
Infraestrutura Terrestre	11.230	89	-	11.319
Infraestrutura Armazenagem	2.574	-	-	2.574
Equipamentos Portuários	5.643	69	-	5.712
Administração	20.229	3.688	-	23.917
Obras em Andamento	20.278	35.270	-	55.548
Outros Ativos Intangíveis	141	-	(53)	88
Total	70.425	40.362	(53)	110.734

11. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos pela Companhia, tendo como prazo médio de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes na data das demonstrações financeiras.

12. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Serviço	266	287
PIS e COFINS	377	356
Contribuição Social	285	1.022
Tributos Retidos	757	458
Total	1.685	2.123

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência. Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações com Pessoal	1.890	1.591
Obrigações Previdenciárias	659	591
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	2.475	2.209
Total	5.024	4.391

14. Dividendos Propostos

O Estatuto Social da Companhia, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2025 prevê a distribuição de dividendos mínimos, de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do Poder Delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A. a serem pagos após o encerramento destas demonstrações financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos devidos no início do exercício social	48.209	40.565
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício corrente	6.353	7.644
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	-	-
Saldo no Final do Exercício	54.562	48.209

15. Outras Obrigações

Representa outras obrigações assumidas pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. decorrentes das atividades naturais de seu negócio, compreendendo obrigações de garantias contratuais recebidas de fornecedores e obrigações de pagamento futuro a Órgãos Ambientais, oriundos de formalização de acordos para compensação ambiental de obras realizadas pela Autoridade Portuária.

	31/12/2025	31/12/2024
Compensação Ambiental a Repassar	334	524
Garantias Contratuais	130	130
Adiantamentos de Clientes	89	-
Saldo no Final do Exercício	553	654

16. Provisão para Contingências

A Companhia reconhece como perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória, conforme detalhado no quadro a seguir:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Ação Federal n. 5008554-59.2021.4.04.7207	80	80
Ação Cível n. 0009785-15.2016.8.24.0023	-	3.000
Ação Trabalhista n. 0000191-91.2019.5.12.0043	8	8
Ação Trabalhista n. 0001308-20.2019.5.12.0043	-	358
Ação Trabalhista n. 0000427-33.2025.5.12.0043	413	-
Ação Trabalhista n. 0000450-76.2025.5.12.0043	93	-
Ação Trabalhista n. 0000118-51.2021.5.12.0043	61	61
Total	655	3.507

17. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do capital social de sua subsidiária integral, nos termos previstos no Art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 6.404 de 1976. Em 30 de abril de 2025, em Assembléia Geral Extraordinária, ficou deliberado pelo aumento do capital social da Companhia, mediante incorporação do saldo contido em Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei Federal 6.404 de 1976 e Acórdão ANTAQ n. 373-2022 ao valor total de R\$ 124.153.110,20 (cento e vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e dez reais e vinte centavos).detendo atualmente 124.153.110 ações ordinárias nominativas. O detalhamento do Capital Social é apresentado no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Capital Social por Subscrição dos Acionistas	50	50
Capital Social por Incorporação de Reservas de Lucros	124.103	97.379
Saldo no Final do Exercício	124.153	97.429

18. Reserva Legal

Corresponde aos valores destinados a constituição de Reserva Legal até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social registrado, nos termos do Art. 193 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

19. Retenção de Lucros

Registra os valores não destinados e retidos pela Companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos do Art. 196 da Lei Federal nº 6.404 de 1976, sendo que o lucro excedente ao que prevê o art. 199 da Lei 6.404 de 1976 será objeto de deliberação em Assembléia Geral Extraordinária.

20. Receita Operacional Líquida

Nos termos do art. 12 do Decreto Lei nº 1.598 de 1977, incluído pelo Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, apresenta-se o detalhamento da Receita Líquida da Companhia:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	145.818	153.840
Receita Bruta de Construção [b]	40.361	17.332
(-) Cancelamentos por Determinação Judicial [c]	(45.823)	(48.826)
(-) Desconto e Premiações [d]	-	(3.628)
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [e]	(14.249)	(14.447)
Receita Operacional Líquida	126.107	104.271

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	31/12/2025	31/12/2024
Tabela I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário	19.929	18.757
Tabela II - Infraestrutura de Acostagem	10.917	13.486
Tabela III - Infraestrutura Operacional ou Terrestre	18.672	23.834
Tabela V - Infraestrutura de Armazenagem	278	583
Tabela VII - Diversos Padronizados	2.999	3.693
Tabela IX – Complementares	1.880	1.095
Arrendamento Fixo	11.685	11.146
Arrendamento Variável	30.291	28.692
Arrendamento Take or Pay	49.092	52.554
Uso de Área não Operacional	75	-
Total	145.818	153.840

[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] A dedução a título de cancelamentos considera a decisão judicial referente a suspensão em medida liminar ajuizada pela arrendatária Santos Brasil Participações S.A. nos autos do processo 1032707-38.2020.4.01.0000, conforme melhor se detalha na nota explicativa 31.3.

[d] Representa os descontos concedidos nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente na Tabela I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário.

[e] Representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas oriundas dos serviços portuários prestados, compreendendo a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na ordem de 7,6 %, a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) em 1,65% e o Imposto sobre Serviços (ISS) em 5,00 %.

21. Custos dos Serviços Portuários

Em relação aos valores registrados em custos dos serviços prestados, destaca-se que, no exercício de 2025, houve um aumento significativo decorrente principalmente de uma maior utilização dos serviços de

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

dragagem (+52%), em razão da necessidade de aprofundamento do canal de acesso. Além disso, ocorreu a ampliação do escopo de alguns contratos de serviços de terceiros (como serviços de apoio operacional (+117%), transporte ao cais (+63%), segurança portuária (+9%) e operação de CFTV (+82%)), necessários para o pleno atendimento das demandas administrativas e operacionais do Porto de Imbituba, bem como incremento nas manutenções das vias de acesso (+496%) e das estruturas civis (+166%). A seguir, apresenta-se o resumo dos principais custos relacionados à prestação dos serviços portuários da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Consumo de Energia Elétrica	1.491	1.437
Custos com Serviços Ambientais	629	627
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	10.549	6.920
Custos com Serviços de Limpeza da Área Portuária	2.159	2.027
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	1.628	1.502
Custos com Serviços de Segurança Portuária	5.047	4.367
Custos com Serviços de Terceiros	7.693	5.565
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	7.456	1.251
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	3.618	2.346
Custos com Manutenção em Geral	1.909	1.513
Outros Custos	2.487	1.317
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(4.004)	(2.598)
Total	40.662	26.274

22. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Ordenados	7.421	5.914
Encargos Sociais	3.140	2.625
Provisões de 13º Salário e Férias	1.511	1.313
Benefícios	2.296	2.094
Total	14.368	11.946

23. Amortizações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrente do registro contábil, conforme prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Amortização Infraestrutura Marítima	159	166
Amortização Infraestrutura Acostagem	355	361
Amortização Infraestrutura Terrestre	535	548

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Amortização Infraestrutura de Armazenagem	116	121
Amortização de Outros Ativos	1.771	1.381
Total	2.936	2.577

24. Custo de Construção

O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

25. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da Companhia, aquela no qual incluí os empregados alocados em setores de administração da Companhia, diretorias e conselhos, são segregados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Ordenados	7.882	6.612
Remuneração da Administração	2.023	1.952
Encargos Sociais	3.566	2.972
Provisões de 13º Salário e Férias	1.550	1.340
Benefícios	3.500	2.804
Total	18.521	15.680

26. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da empresa, estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de Terceiros	4.691	3.489
Consumo de Materiais	1.406	832
Publicações e Propagandas	924	529
Outras Despesas	529	689
Total	7.550	5.539

27. Outras Despesas

Dos valores registrados no exercício de 2024, a quantia de maior expressão refere-se à formalização de acordo conciliatório junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região referente a discussão judicial existente no processo 0000898-69.2013.5.12.0043, no qual a Companhia comprometeu-se a realizar o pagamento de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) a serem pagos até 26 de abril de 2024 e o restante em 7 (sete) parcelas fixas, iguais e sucessivas, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) mensais, bem como formular desistência dos recursos extraordinários protocolizados nos autos do processo TJSC n. 0009785-15.2016.8.24.0023 que

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

versa sobre a discussão da titularidade de valores depositados judicialmente pela arrendatária Santos Brasil Participações S.A.

	31/12/2025	31/12/2024
Ações e Acordos Trabalhistas	1.173	11.511
Provisão Contingências de Natureza Trabalhista	506	91
Provisão Contingências de Natureza Cível	288	-
Honorários Sucumbenciais	884	-
Sanções de Natureza Regulatória	-	198
Total	2.851	11.800

28. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela Companhia durante os exercícios, segregados conforme quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de Aplicações Financeiras	30.105	20.461
Atualização Selic Sobre Depósito Judicial IRPJ	1.298	1.936
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(1.464)	(1.046)
Outras Receitas Financeiras	68	46
Total	30.007	21.397

29. Tributos Sobre o Lucro

A companhia goza de imunidade tributária do imposto de renda, conforme trânsito em julgado em 19 de outubro de 2022 da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998. Desta forma, os valores devidos correspondem a Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSLL, apurado pela sistemática do Lucro Real. As adições de despesas não dedutíveis correspondem a constituição de provisões para contingências, bem como a atualização destas quantias no passivo não circulante. Constam também como despesas não dedutíveis os valores de doações a entidades e demais despesas não reconhecidas como indedutíveis na apuração dos tributos sobre o lucro. No que se refere às exclusões, estas correspondem a atualização de valores depositados judicialmente e a reversão de provisões para contingências registradas no passivo não circulante da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos Tributos	29.055	35.233
(+) Adições de Despesas Não Dedutíveis	1.544	852
(-) Exclusões de Receitas Não Tributáveis	(4.944)	(2.229)
(=) Base de Cálculo da CSLL	25.655	33.856
Devido de Contribuição Social a alíquota de 9%	2.309	3.047

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

30. Gestão de Riscos Financeiros

30.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, sobre as quais se fundamentam as decisões tomadas pelo Conselho de Administração.

30.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da Companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

30.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da Diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

31. Passivos Contingentes

31.1 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em processos de natureza trabalhista, considerados de perda possível ou provável, sendo os principais assim destacados: a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável 1 (uma) ação trabalhista oferecida por ex-empregado, o qual requer o pagamento de FGTS da época em que ocupou cargo de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R\$ 61.230,70 (sessenta e um mil, duzentos trinta reais e setenta centavos), o qual está descrito na nota explicativa n. 16, envolvendo o processo 0000118-51.2021.5.12.0043. b) Responsabilidade solidária da SCPAR Porto de Imbituba: A administração considera como de perda provável 3 (três) ações trabalhistas, cujos valores estimados compõe o valor de R\$ 513.622,72 (quinhentos e treze mil, seiscentos e vinte dois reais e setenta e dois centavos), oferecidas por empregados de empresas contratadas que pleiteiam a responsabilidade da SCPAR Porto de Imbituba pelas

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

verbas trabalhistas não terem sido devidamente pagas. Constante nos processos n. 0000191-91.2109.5.12.0043, 0000450-76.2025.5.12.0043 e 0000427-33.2025.5.12.0043.

31.2 Suspensão de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requereu a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade *take or pay* nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.

31.3 Reequilíbrio e Suspensão de Cláusula *take or pay* contrato de arrendamento TECON

A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação em pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 e, obteve êxito no seu pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. está deixando de receber cerca de R\$ 45 (quarenta e cinco) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MM em contrato com cláusula “*take or pay*”. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. O deferimento de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo sua lucratividade, seu planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em sua fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios. Em 2025, os valores em discussão junto à arrendatária representavam a importância de R\$ 233.407.523,01 (duzentos e trinta e três milhões, quatrocentos e sete mil, quinhentos e vinte e três reais e um centavo) em valores originais, relativos ao MMC apurado entre os exercícios de 2019 a 2025. Atualmente, o processo judicial n. 1025458-21.2020.4.01.3400 encontra-se suspenso, tendo em vista a existência de tratativas entre as partes para que as partes avancem em eventual solução consensual a lide.

32. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela Companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A Companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

33. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

34. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 14 e a cessão de empregados a Companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

35. Cobertura de Seguros

A Companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora Allseg Seguradora S.A., cuja vigência compreende o período de 03 de julho de 2025 a 03 de julho de 2026, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Orgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquia de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Contempla ainda a cobertura para danos físicos a bens móveis e imóveis até o limite de garantia de R\$ 13.000.000,00 (Treze milhões de reais) com valor em risco total da apólice de R\$ 550.343.801,70 (Quinhentos e cinquenta milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e um reais e setenta centavos), nos exatos termos consignados na Apólice de Seguro de n. 1001700000002.

36. Eventos Subsequentes

A Companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 07 de abril de 2026.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Elivelton Luiz Doré

Diretor-Presidente em exercício

CPF: 079.533.439-75

Elivelton Luiz Doré

Diretor de Operações e Negócios

CPF: 079.533.439-75

Fabiano Ramalho

Diretor de Gestão e Finanças

CPF: 691.226.799-87

Joelson Duarte

Diretor de Planejamento e Assuntos Regulatórios

CPF: 786.236.189-04

José João Tavares

Diretor de Infraestrutura

CPF: 215.989.409-53

Kelvin Medeiros Duhart

Contador CRCSC: 47.674/O-0

CPF: 030.252.160-77

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

www.portodeimbituba.com.br

Av. Presidente Vargas, 100 - Centro - Imbituba
CEP 88780-000 - Santa Catarina - Brasil
+55 48 3355-8900 | 8977 (Setor Financeiro)
contato@portodeimbituba.com.br



@portodeimbituba





Assinaturas do documento



Código para verificação: **L8QAA992**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **KELVIN MEDEIROS DUHART** (CPF: 030.XXX.160-XX) em 07/04/2026 às 10:21:13
Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/02/2019 - 15:54:28 e válido até 25/02/2119 - 15:54:28.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **JOELSON DUARTE** (CPF: 786.XXX.189-XX) em 07/04/2026 às 10:25:07
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/05/2025 - 16:34:18 e válido até 23/05/2125 - 16:34:18.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **FABIANO RAMALHO** (CPF: 691.XXX.799-XX) em 07/04/2026 às 12:03:40
Emitido por: "SGP-e", emitido em 17/01/2019 - 16:00:27 e válido até 17/01/2119 - 16:00:27.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **ELIVELTON LUIZ DORÉ** (CPF: 079.XXX.439-XX) em 07/04/2026 às 13:38:23
Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/02/2019 - 17:42:53 e válido até 21/02/2119 - 17:42:53.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **JOSÉ JOÃO TAVARES** (CPF: 215.XXX.409-XX) em 07/04/2026 às 15:26:02
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/08/2021 - 12:33:20 e válido até 10/08/2121 - 12:33:20.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwMjk4OV8yOTg5XzlWmJvFTDhRQUE5OTI=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00002989/2025** e o código **L8QAA992** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.